

## **Bolsa Família, auxílio emergencial, renda básica: como ficam os programas sociais após a decisão do STF?**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Supremo determinou que governo pague a partir de 2022 renda básica a todos que estão na pobreza. Bolsonaro promete elevar Bolsa Família este ano

Família beneficiária do Bolsa Família no Rio Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

BRASÍLIA E RIO - Na última segunda-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo terá de pagar uma renda básica a todos os brasileiros em situação de pobreza a partir de 2022. A renda básica está prevista numa lei aprovada em 2004, mas não havia sido regulamentada até hoje, o que motivou a Defensoria Pública da União a entrar com uma ação no STF no ano passado.

Caberá ao governo fixar o valor desta renda básica. O STF delineou o perfil prioritário dos beneficiários: pessoas em situação de extrema pobreza (renda familiar per capita inferior a R\$ 89) e de pobreza (indicador abaixo de R\$ 178).

Ao mesmo tempo, o presidente Jair Bolsonaro voltou a repetir, na quarta-feira, que pretende elevar o valor do Bolsa Família para R\$ 250 em agosto. E milhares de brasileiros voltaram a receber o auxílio emergencial em abril, e a nova rodada do programa tem previsão de durar quatro meses.

Para especialistas, com a determinação do STF, o governo terá que decidir agora se vai criar um novo programa ou se vai reformular o Bolsa Família para se enquadrar nos critérios de uma renda básica universal. Caso haja aumento da base de beneficiários, o receio é que o valor acabe ficando abaixo do pago hoje pelo Bolsa Família, cujo piso é de R\$ 89 mensais

A lei que instituiu a renda básica surgiu de um projeto antigo do então senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e foi sancionada um dia antes da criação do Bolsa Família, em 2004. Mas, por falta de regulamentação, a renda básica acabou nunca sendo implementada.

### **Contrapartidas no Bolsa Família**

A principal diferença entre os dois é que, ao contrário do Bolsa Família, que estabelece algumas condições para o recebimento do benefício, como frequência mínima das crianças na escola e estar em dia com as vacinações, o programa de renda básica é incondicional, ou seja, qualquer pessoa pode receber.

O benefício também se difere do auxílio emergencial, pois permite que mesmo uma pessoa que possui emprego com carteira assinada receba o pagamento. Seria o caso, por exemplo, de um chefe de família que ganha um salário mínimo por mês (R\$ 1.100), mas é responsável pelo sustento de outras seis pessoas dentro de casa. Ou seja, a renda per capita dessa família seria de R\$ 157, abaixo da linha de pobreza, que tem como indicador a renda de R\$ 178 por pessoa.

Mais do que um programa de transferência de recursos emergencial, a renda básica tem por conceito criar um direito permanente, explica Leandro Ferreira, presidente da Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB). A ideia, segundo ele, é permitir que toda a população tenha acesso a uma parte das riquezas

produzidas pelo país, independentemente de estar empregada ou não, e de sua faixa de renda.

— A ideia é que um dia seja para todo mundo. Evidentemente, para financiar algo desse tipo é preciso uma reforma tributária que tribute mais quem é mais rico — afirma Ferreira.

FGV vê custo 19 vezes maior

Sérgio Firpo, professor do Insper, pondera que o Bolsa Família é mais focalizado, o que permite que o governo pague um benefício maior para um número mais restrito de pessoas. Como a decisão do STF não estabelece valor de benefício, só público-alvo, os impactos fiscais podem ser menores se o programa ficar limitado ao mesmo grupo.

— A gente de fato precisa prover alguma forma de estabilidade na renda das pessoas muito mais pobres, e o Bolsa Família é muito engessado para detectar certas mudanças. A renda básica ajuda a resolver esse problema, mas nossa capacidade fiscal de prover um benefício que seja digno é mínima — avalia.

Para ele, o movimento do STF pode ser o pontapé para uma grande revisão dos programas sociais, com avaliação do impacto fiscal dessas medidas. Ele pondera que incluir um grupo muito diminuto ou um benefício muito pequeno para a renda básica podem implicar em um custo administrativo que até mesmo inviabilizaria a operação.

Pesquisador da FGV Social, Marcelo Neri aponta que um programa de transferência de renda universal pode representar um custo 19 vezes maior para o Estado, o que se tornaria inviável do ponto de vista fiscal, ou ineficaz do ponto de vista social, caso o valor do benefício tivesse que ser muito reduzido para caber no orçamento.

Ele acredita que o ideal neste momento seria a criação de um Bolsa Família 2.0, com a reposição das perdas da inflação — desde 2014, o valor médio do benefício caiu 19% em termos reais, segundo Neri. Além disso, poderia ser implementada uma política mais ágil para identificar as pessoas que entraram ou saíram da pobreza, tornando o programa mais focalizado.

O economista Daniel Duque, pesquisador da FGV, lembra que o governo tem condições de implementar a ação para o próximo ano, uma vez que o cadastro único já mapeia quem são os brasileiros mais vulneráveis. O maior problema seria a questão do Orçamento, em que o governo teria que escolher entre manter o teto de gastos, com redução de despesas de outro lado, ou fazer algum tipo de arranjo para que o novo benefício social saia do teto, financiando o programa com mais impostos.

— Acredito que esse é mais um tipo de decisão que vai expandir a base de beneficiários do Bolsa Família, o que obviamente vai levar ao aumento de gastos. Hoje, as pessoas não têm direito ao Bolsa Família: você entra no Cadastro Único, pode ser elegível ao programa, mas se não tiver orçamento, você não ganha. A renda básica seria mais como o BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e deficientes de baixa renda), e o governo é obrigado a dar BPC — analisa.

Marcelo Neri critica também o modelo de transferência de renda sem contrapartidas dos beneficiários nas áreas de Educação e Saúde.

— A gente tem uma tecnologia de combate à pobreza que foi aprimorada nos últimos 20 anos, e partir para um caminho disruptivo não me parece ser a melhor solução. Pode acabar sendo um retrocesso não só para as contas fiscais, mas para as políticas sociais. Talvez a gente esteja encomendando um problema fiscal sem ganhos de eficiência.

Finlândia e Quênia

O modelo da renda básica universal já vem sendo testado em países como a Finlândia, o Canadá e algumas vilas no Quênia. Em Maricá, na Região dos Lagos fluminense, a prefeitura oferece uma renda mensal incondicional a 42,5 mil cidadãos, financiada com os recursos dos royalties do petróleo.

A política foi criada em 2015 e ampliada em 2019, quando passou a pagar R\$ 130, em mumbucas, a moeda digital local. Em abril de 2020, em razão da pandemia, o valor passou para R\$ 300 por pessoa, o que deve ser mantido pelo menos até maio de 2021.

— O que temos percebido é que o mercado de trabalho na cidade ficou mais aquecido depois da implementação do programa, e que a cidade conseguiu gerar empregos inclusive na pandemia graças a essa renda básica — diz Leandro Ferreira, presidente da RBRB.

O Ministério da Economia aguarda a manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU) sobre a decisão do STF para analisar que tipo de ajuste precisará ser feito nos programas sociais.

Esse amparo jurídico é necessário para a pasta mensurar o impacto do novo programa na proposta de orçamento para 2022. A AGU informou que não se manifestará sobre o assunto.

A reformulação do Bolsa Família, por sua vez, está sendo tocada diretamente no Ministério da Cidadania. Em nota, a pasta informou que planeja lançar a reformulação do programa após o fim do pagamento da nova rodada do auxílio emergencial, em agosto.

“A proposta prevê a ampliação do número de famílias contempladas, além de reajuste nos valores dos benefícios pagos atualmente, com maior eficiência no gasto do dinheiro público e responsabilidade fiscal”, informou a Cidadania. Sobre a decisão do STF, a pasta disse que ainda aguarda a publicação do acórdão.